SUMÁRIO

Apresentação à 3.ª edição 7

Apresentação à 2.ª edição 9

Apresentação à 1.ª edição 11

1. Introdução 21

2. A antevisão dos princípios constitucionais 25

2.1 A dignidade da pessoa humana como princípio regente 27

2.2 Princípio da livre formação da personalidade 27

2.2.1 Personalidade 28

2.2.2 O foco do individualismo 29

2.2.3 A alçada do ambiente 30

2.2.4 A interação dos cosmos individual e ambiental 31

3. A dignidade sexual como bem jurídico penal 33

3.1 Bem jurídico penal 33

3.2 Dignidade sexual 35

4. Dos crimes contra a liberdade sexual 37

4.1 Estupro (art. 213, CP) 37

4.1.1 Estrutura típica 37

4.1.1.1 Consumação 41

4.1.1.2 Formas de execução 41

4.1.1.3 Justiça da ameaça 42

4.1.1.4 Grau de resistência da vítima 43

4.1.1.5 Consentimento da vítima como excludente de ilicitude 45

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.1.1.6 Erro de tipo 45
4.1.1.7 Dificuldade probatória e a palavra da vítima 46
4.1.2 Sujeitos e objetos do crime 47
4.1.2.1 Marido como sujeito ativo 48
4.1.2.2 Pessoa prostituída como sujeito passivo 50
4.1.3 Elemento subjetivo 51
4.1.4 Classificação e particularidades 52
4.1.5 Crime continuado 53
4.1.6 Desclassificação para importunação ofensiva ao pudor e necessidade de tipo penal intermediário 53
4.1.7 Formas qualificadas 56
4.1.8 Jurisprudência atualizada 57
4.1.8.1 Estupro como crime único e viabilidade do crime continuado 57
4.1.8.2 Estupro como tipo cumulativo 64
4.1.8.3 Hediondez do estupro na forma simples e com violência presumida, mesmo antes da Lei 12.015/2009 66
4.1.8.4 Dificuldade probatória e palavra da vítima 67
4.1.8.5 Erro de tipo e idade da vítima 76
4.1.8.6 Mantida a possibilidade de desclassificação de estupro para importunação ofensiva ao pudor 78
4.1.8.7 Nova dosimetria para o estupro praticado com mais de um ato libidinoso 78
4.1.8.8 Dissenso da vítima 79
4.1.8.9 Ruptura himenal 80
4.1.8.10 Exame de corpo de delito 80
4.1.8.11 Aspectos da tentativa de estupro e da desistência voluntária 82
4.1.8.12 Prova da intenção libidinosa 83

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.2 Violação sexual mediante fraude (art. 215, CP) 84
4.2.1 Estrutura típica 84
4.2.2 Sujeitos e objetos do crime 86
4.2.3 Elemento subjetivo 87
4.2.4 Classificação e particularidades 87
4.2.5 Jurisprudência atualizada 88
4.2.5.1 Diferença entre os arts. 215 e 217-A 88
4.2.5.2 Caracterização da fraude como elemento fundamental 89
4.3 Assédio sexual (art. 216-A, CP) 89
4.3.1 Estrutura típica 89
4.3.2 Sujeitos e objetos do crime 90
4.3.3 Elemento subjetivo 91
4.3.4 Classificação e particularidades 91
4.3.5 Professor e aluno 92
4.3.6 Jurisprudência atualizada 93
4.3.6.1 Relação entre professor e aluno 93
4.3.6.2 Exigência de ambiente hierarquizado 94
4.3.6.3 Confronto com o estupro 95

5. Dos crimes sexuais contra vulnerável 97
5.1 Estupro de vulnerável (art. 217-A, CP) 97
5.1.1 Estrutura típica 97
5.1.2 Sujeitos e objetos do crime 103
5.1.2.1 Declarações de crianças e adolescentes, valor probatório e o denominado *depoimento sem dano* 103
5.1.3 Elemento subjetivo 105
5.1.4 Classificação 106
5.1.5 Erro de proibição 106
5.1.6 Lei mais benéfica 107
5.1.7 Jurisprudência atualizada 108

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

5.1.7.1 Vulnerabilidade absoluta 108
5.1.7.2 Vulnerabilidade relativa 111
5.1.7.3 Art. 217-A mais favorável em confronto com o aumento gerado pelo art. 9.º da Lei 8.072/90 114
5.1.7.4 Vulnerabilidade por embriaguez e *in dubio pro reo* 116
5.1.7.5 Prova da idade da vítima 116
5.1.7.6 Prisão cautelar 117
5.1.7.7 Dosimetria da pena e *bis in idem* 117
5.1.7.8 Declarações de crianças e adolescentes e depoimento sem dano (DSD) 118
5.2 Indução de menor à satisfação da lascívia de outrem (art. 218, CP) 119
5.2.1 Estrutura típica 119
5.2.2 Sujeitos e objetos do crime 120
5.2.3 Elemento subjetivo 121
5.2.4 Classificação e particularidades 121
5.2.5 Jurisprudência atualizada 121
5.2.5.1 Inexistência de corrupção de menores via relação consentida 121
5.3 Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A, CP) 122
5.3.1 Estrutura típica 122
5.3.2 Sujeitos e objetos do crime 124
5.3.3 Elemento subjetivo 124
5.3.4 Classificação e particularidades 124
5.3.5 Jurisprudência atualizada 125
5.3.5.1 Prisão cautelar 125
5.3.5.2 Presença via internet 125
5.4 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (art. 218-B, CP) 125
5.4.1 Estrutura típica 125
5.4.2 Sujeitos e objetos do crime 131

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

5.4.3 Elemento subjetivo 131
5.4.4 Classificação e particularidades 131
5.4.5 Jurisprudência atualizada 132
5.4.5.1 Necessidade de existência de pagamento pela prática sexual 132
5.4.5.2 Incesto como fato atípico 132
5.4.5.3 Atipicidade das relações sexuais voluntárias 133

6. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual 135
6.1 Princípio da intervenção mínima e bem jurídico tutelado 135
6.2 Prostituição e exploração sexual 138
6.3 Mediação para servir a lascívia de outrem (art. 227, CP) 140
6.3.1 Estrutura típica 140
6.3.2 Sujeitos e objetos do crime 142
6.3.3 Elemento subjetivo 143
6.3.4 Classificação 143
6.3.5 Crime impossível 143
6.3.6 Jurisprudência atualizada 144
6.3.6.1 Consentimento para a prática de ato libidinoso 144
6.3.6.2 Vítima corrompida e atipicidade 144
6.3.6.3 Delito material 144
6.4 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 228, CP) 145
6.4.1 Estrutura típica 145
6.4.2 Sujeitos e objetos do crime 147
6.4.3 Elemento subjetivo 147
6.4.4 Classificação e particularidades 148
6.5 Estabelecimento em que ocorra exploração sexual (art. 229, CP) 148

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6.5.1 Estrutura típica 148
6.5.2 Sujeitos e objetos do crime 150
6.5.3 Elemento subjetivo 150
6.5.4 Classificação e particularidades 151
6.5.5 Jurisprudência atualizada 152
6.5.5.1 Atipicidade por adequação social 152
6.5.5.2 Tipo especial em relação ao favorecimento da prostituição 153
6.5.5.3 Crime habitual 154
6.5.5.4 Desnecessidade de uso exclusivo à prostituição 154
6.6 Rufianismo (art. 230, CP) 154
6.6.1 Estrutura típica 154
6.6.2 Sujeitos e objetos do crime 156
6.6.3 Elemento subjetivo 156
6.6.4 Classificação e particularidades 156
6.6.5 Jurisprudência atualizada 157
6.6.5.1 Exigência de ganho direto da prostituição 157
6.7 Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (art. 231, CP) 157
6.7.1 Estrutura típica 157
6.7.2 Sujeitos e objetos do crime 160
6.7.3 Elemento subjetivo 160
6.7.4 Classificação 160
6.7.5 Consentimento da vítima 161
6.7.6 Jurisprudência atualizada 162
6.7.6.1 Competência da Justiça Federal 162
6.7.6.2 Possibilidade de prisão cautelar 162
6.7.6.3 Indiferença ao consentimento da vítima 162
6.7.6.4 Elementos para a consumação do crime 163

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6.8 Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual (art. 231-A, CP) 164
6.8.1 Estrutura típica 164
6.8.2 Sujeitos e objetos do crime 166
6.8.3 Elemento subjetivo 166
6.8.4 Classificação e particularidades 166
6.8.5 Jurisprudência atualizada 167
6.8.5.1 Necessidade de prova da posterior prostituição 167
6.8.5.2 Fornecimento de alojamento e refeição 168
6.8.5.3 Indispensabilidade de prova segura .. 168
6.8.5.4 Necessidade de prova do vínculo entre a hospedagem e a exploração sexual 168

7. Do ultraje público ao pudor 171
7.1 Princípio da intervenção mínima e bem jurídico tutelado 171
7.2 Ato obsceno (art. 233, CP) 173
7.2.1 Estrutura típica 173
7.2.2 Sujeitos e objetos do crime 174
7.2.3 Elemento subjetivo 175
7.2.4 Classificação 175
7.2.5 Publicidade 176
7.2.6 A questão do *beijo lascivo* 176
7.2.7 Jurisprudência atualizada 177
7.2.7.1 Elemento subjetivo específico como diferencial entre atentado ao pudor e ato obsceno 177
7.2.7.2 Relevância da palavra da vítima 178
7.2.7.3 Local exposto ao público 178
7.2.7.4 Local público 179
7.2.7.5 Inviabilidade de desclassificação de tentativa de estupro para ato obsceno 179

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

7.3 Escrito ou objeto obsceno (art. 234, CP) 179
7.3.1 Estrutura típica 179
7.3.2 Sujeitos e objetos do crime 181
7.3.3 Elemento subjetivo 181
7.3.4 Classificação e particularidades 181

8. Aspectos processuais penais 183
8.1 Ação penal (art. 225, CP) 183
8.1.1 Atual disposição e a Súmula 608 do STF 183
8.1.2 Aplicação da lei penal benéfica 184
8.1.3 A lacuna relativa às formas qualificadas do estupro 191
8.2 Prisão cautelar 192
8.3 Jurisprudência atualizada 193
8.3.1 Mantença da Súmula 608 193
8.3.2 Revogação da Súmula 608 193
8.3.3 Aplicação imediata da nova redação do art. 225 195

9. Causas de aumento de pena e sigilo 197
9.1 Circunstâncias legais para elevação da pena 197
9.2 Segredo de justiça 199

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 201

ANEXOS 205

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 221

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br